

RESENHA/REVIEW

COQUET, Jean-Claude. **A busca do sentido**: a linguagem em questão. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013, 360 p.

FRANCISCO ELIAS SIMÃO MERÇON *

A busca do sentido, de Jean-Claude Coquet (2013), reúne num único volume uma série de artigos do autor publicados entre 1985 e 1991. Lançado pela Editora WMF Martins Fontes, o livro faz parte da coleção Biblioteca do Pensamento Moderno (que tem a figura do filósofo Friedrich Nietzsche como parâmetro organizador da coleção), dedicada a obras que contribuíram para o pensamento moderno e contemporâneo. Os artigos, num total de dezessete, são antecedidos por um prólogo do próprio autor, cujo título “O poder da fenomenologia” baliza o território de realização da **busca do sentido** anunciada pela expressão que dá nome à obra.

Decorridos mais de quinze anos desde o seu lançamento pela editora francesa *Presses Universitaires de France* (PUF), em 1997, na coleção *Formes Sémiotiques*, esse importante título (para as ciências humanas e sociais, em geral, e para os estudiosos de linguagem e, em especial, os semioticistas) ganha finalmente uma tradução em língua portuguesa. Os possíveis prejuízos dessa longa espera são minimizados pela qualidade da tradução, que prima pelas competências do tra-

* Docente da FAFIA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. E-mail: francisco-mercon@fafia.edu.br.

dutor, versado tanto na língua francesa quanto na área de conhecimento a que pertence a obra. Soma-se a isso o cuidado da edição brasileira, que reproduziu o índice onomástico e o índice remissivo de conceitos, ambos presentes na edição original francesa, respeitando assim o projeto editorial original.

Dos dezessete artigos que compõem a obra, somente os seis da primeira parte estão ordenados cronologicamente. Por isso, a melhor forma de se orientar na leitura dessa coletânea é pautar-se no modo como os artigos foram agrupados. Ao todo são três partes, cada uma sendo especificada por um tema que serve de base para o agrupamento dos artigos: “Linguagem e fenomenologia” (primeira parte); “Pesquisa e método: história, literatura e política” (segunda parte); “Verdade e realidade” (terceira parte). Mas os critérios dessa divisão não excluem ao leitor a possibilidade de encontrar em diferentes artigos um mesmo tópico que tenha sido tema principal de algum artigo.

Para os propósitos dessa resenha, foram selecionados alguns tópicos transversais à organização pretendida pela obra. Em alguns casos, quando necessário para o desenvolvimento da apresentação da obra, a ênfase recaiu sobre um ou outro capítulo em que se encontra o tópico abordado.

Obviamente não houve aqui a pretensão de exaurir o texto de Coquet, o que seria impossível, pelas razões plausíveis do gênero discursivo em questão.

Fenomenologia aplicada à Linguística e à Semiótica

O nome de Jean-Claude Coquet, não por razões epistemológicas ou teóricas, sempre ficou, no Brasil, à sombra de seu contemporâneo Algirdas Julien Greimas, fundador da semiótica da Escola de Paris. Basta considerar o número de

obras de Greimas já publicadas no país até o ano de 2013, bem como as pesquisas realizadas nos centros de pesquisa acadêmicos do país que tiveram como fundamentação teórica a sua obra, para constatar o peso dessa lacuna. Portanto, essa falta por si só já é o bastante para que o lançamento dessa obra mereça destaque e seja celebrado por pesquisadores que têm a linguagem como objeto de investigação.

A inflexão fenomenológica do autor, fundamental para as suas investigações que resultaram na obra *Le Discours et son sujet*, vols. I e II (COQUET, 1984; 1985), é a tônica também dessa obra que nos chega agora em língua portuguesa. Já no Prólogo, o autor deixa bem claro que o ponto de vista a ser apresentado é “o da **fenomenologia aplicada à linguística e à semiótica**” (COQUET, 2013, p. 01, grifo nosso). Trata-se, sem dúvida, de um ponto de vista a princípio inusitado diante do espaço e das conquistas que a Linguística e a Semiótica adquiriram no século XX como disciplinas autônomas, já que a formulação que acabamos de mencionar subordina ambas, Linguística e Semiótica, à Fenomenologia. Se o leitor entender essa subordinação como perda de princípios, não perceberá a atitude de Coquet, que na época procurava abrir um novo campo de investigação para os estudos linguísticos e semióticos.

Com essa inflexão fenomenológica, signatária do que vai se tornar conhecido como “semiótica subjetal” (posição epistemológica que em seus fundamentos se apoia em nomes como os dos linguistas Émile Benveniste¹, Roman Jakobson e Vigo Brondal, e dos filósofos Edmund Husserl, Merleau-Ponty

1 Benveniste é a entrada com o maior número de referências no Índice dos Autores, no final da obra.

e Paul Ricoeur, para citar apenas alguns)², Coquet estabelece uma fronteira entre sua posição e a de Greimas, para quem ele arbitrariamente aponta como sendo o representante de uma “semiótica objetal”.

O leitor já acostumado com a obra de Greimas poderá constatar facilmente que a argumentação empregada por Coquet para justificar essa oposição traz à cena um conflito epistemológico há tempos anunciado por Greimas e Courtés, no *Dicionário de semiótica*, quando estes apresentam duas maneiras de abordar a **enunciação**, das quais a teoria semiótica a que ambos se vinculam é partidária da segunda, como se pode notar, a seguir, nos trechos em negrito:

[...] seja como uma estrutura não-linguística (referencial) que subtende à comunicação linguística, seja como **instância linguística, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado** (que dela contém traços e marcas).

[...] É a segunda definição que é a nossa: não sendo contraditória em relação à teoria semiótica que propomos, somente essa definição permite integrar a instância da enunciação na concepção de conjunto (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 166, grifo nosso).

Em oposição a esses limites estabelecidos por Greimas (que inscreve a enunciação no enunciado, “que dele contém traços e marcas”, abordagem que se fundamenta numa concepção imanentista da linguagem), Coquet vai explorar uma dimensão fenomenológica da enunciação. Seu propósito, com isso, é restaurar o vínculo da instância da enunciação com essa parcela **não linguística** da cena enunciativa (que ele chama

2 No campo da literatura, os nomes mais citados em seus exemplos se limitam a dois autores, Marcel Proust e Paul Claudel.

de realidade), perdido nos estudos da Linguística moderna, desde Saussure, quando este delimita categoricamente o seu objeto de investigação ao afirmar que a **“língua é forma, e não substância”** (SAUSSURE, 2012, p. 170, grifo do autor).

Não é difícil notar que, procedendo assim, o autor também problematiza os limites que sustentam as dicotomias “sujeito *versus* objeto”, “corpo *versus* intelecto”, “sensível *versus* inteligível”, “contínuo *versus* descontínuo”, “realidade *versus* língua”. Além disso, a fenomenologia lhe permite uma abordagem que dá maior espessura à enunciação e, conseqüentemente, à noção de sujeito, que passa a adquirir presença corporal, não se restringindo, portanto, à simples condição de função acrônica, como na teoria greimasiana.

A semiótica subjetal de Coquet se volta, portanto, contra o formalismo e o imanentismo que caracterizaram os estudos da linguagem desde Saussure, e vai buscar em Benveniste, de quem Coquet foi discípulo, e na fenomenologia husserliana e alguns de seus continuadores (como Merleau-Ponty e Paul Ricoeur) os fundamentos necessários para construir uma semiótica que tem sujeito, linguagem e realidade encarnados um no outro.

As divergências, na época, com relação a Greimas, bem como a alguns pilares de sua teoria (como o princípio da imanência), devem ser entendidas não apenas em termos epistemológicos, mas também em termos político-institucionais. Hoje, porém, transcorrido o tempo desde que Coquet iniciou essa aproximação com a fenomenologia e conhecidos os rumos que tomaram as pesquisas semióticas a partir da década de 1990, mais aberta a ampliar suas fronteiras, o leitor tem condições plenas de fazer um balanço e reconhecer a importância inquestionável de *A busca do sentido* e sua contribuição para a construção de um novo campo de

investigação nos estudos da linguagem.

Dessa posição epistemológica com raízes na fenomenologia vão surgir não apenas desdobramentos teóricos, mas também novos conceitos operacionais que são importantes aos estudos da linguagem e do discurso.

Por exemplo, o conceito de discurso, investigado por Coquet no texto “Linguagem e fenomenologia”, é reelaborado dentro do quadro epistemológico da fenomenologia. Antes, porém, o autor investiga algumas acepções do conceito, consensualmente aceitas pelos estudiosos da área. Entre as várias críticas que lhes são dirigidas, podemos mencionar uma em que ele contesta a afirmação de que o discurso seria um ato de fala. Essa concepção, aos olhos de Coquet, seria reducionista, pois, para ele, o discurso é, antes, “um produto de uma operação que postula a existência de um agente de execução, de um actante que enuncia sua **relação com o mundo**” (COQUET, 2013, p. 48, grifo nosso). Ao formular “um actante que enuncia sua relação com o mundo”, Coquet ressalta a presença de um sujeito (de “corpo” e “carne”³) e o ancora no tempo e na realidade (em termos husserlianos, diríamos no “mundo da vida”⁴).

Mais exatamente, para nomear esse agente e sua relação com o mundo, ele substitui o termo “sujeito da enunciação” por “actante enunciante”, evitando, assim, que seja feita uma relação direta e automática entre a palavra “enunciação” e o

3 A concepção de sujeito em voga, de natureza formal, não é apropriada para Coquet. Por isso ele recorre, primeiramente, ao conceito de “actante” até chegar ao de “instância”, tomado de empréstimo a Benveniste (p. 81-90). O conceito de “instância” permite a Coquet se aproximar desse ser em sua experiência individual com o mundo antes mesmo de assumir o ato de fala. Para ele, “significar não é, pois, um ato puramente intelectual; não depende da simples cognição, pois implica também o ‘eu posso’ do ser como um todo, o corpo e a ‘carne’; ele traduz nossa experiência do mundo, nosso contato com a ‘própria coisa’” (COQUET, 2013, p. 02).

4 O conceito de “mundo da vida” (ao alemão “*Lebenswelt*”) foi elaborado por Husserl em sua obra tardia *A crise da humanidade europeia e a filosofia* (2008).

efeito de oralidade que caracteriza todo ato de fala e entre a palavra “sujeito” e uma possível racionalidade. Em seguida, encontra o conceito de “instância enunciante”, que passa a prevalecer em suas reflexões, não apenas dessa obra, mas também em *Phusis et Logos*, publicada, posteriormente, em 2008.

Para exemplificar essa **relação do actante com o mundo**, primordial para o entendimento de como se constitui a significação para a semiótica subjetal, Coquet retoma uma análise feita por Benveniste, da passagem do futuro latino para o futuro românico, no texto “As transformações das categorias linguísticas”, capítulo 9 de *Problemas de linguística geral II* (BENVENISTE, 1989, p. 129-139). De acordo com Benveniste, a passagem do futuro latino (lat. **cantabo**) para o futuro românico (port. cantarei) teve como etapa intermediária a forma perifrástica lat. **habere + infinitivo**. Depois de surgir entre escritores e teólogos, por volta do início do século III d. C., a forma perifrástica passou a ser empregada ao lado do futuro **cantabo**, sem que, com isso, houvesse concorrência entre ambas, simplesmente porque não eram equivalentes. Enquanto **cantabo** era empregado em orações livres, o uso da forma perifrástica ficava inicialmente restrito às orações subordinadas, principalmente às relativas. Além disso, o sentido de **habere**, do sintagma **habere + infinitivo**, não é o mesmo do verbo “ter”, em português, como o seria em “tenho de trabalhar”. Diferente de “tenho”, cujo valor semântico é “intenção”, a forma “**infinitivo + habere**” significa “predestinação”, ou seja, de “obrigatoriedade da realização de um acontecimento” (COQUET, 2013, p. 54).

Somente muito tempo depois essa forma se estende às orações livres (lat. “**cantare habeo**”/port. “eu tenho de cantar”) e começa um processo de transformação da forma pe-

rifrástica, que vai resultar em sua redução formal (queda do “h”, em “cantare (h)abeo”, passando para “cantare **abeo**”⁵) até culminar em uma forma única, quando se torna apta “a tomar no paradigma o lugar do antigo futuro [**cantabo**]” (BENVENISTE, 1989, p. 136).

O que de fato interessa a Coquet nessa análise apresentada por Benveniste é que a forma “**habere + infinitivo**” instaura uma cena enunciativa que vai lhe servir para a elaboração de sua teoria das instâncias que participam da enunciação.

Como se vê, no exemplo trazido por Coquet, o discurso de Daniel, personagem bíblico, expresso em estilo direto (com o sujeito semântico “ele, o povo do príncipe”⁶ preenchendo a função de sujeito sintático da oração) pelo predicado “civitates **exterminabit**” ([ele]**destruirá** os cidadãos – tradução livre), não exprime o sentido de predestinação do acontecimento anunciado pela profecia. Com Tertuliano, a passagem passa a adquirir o tom de profecia, pois o poeta emprega a forma perifrástica latina “civitas [...] **exterminari haberet**” (port. “a cidade [...] **seria destruída**”), que faz desaparecer o sujeito semântico (o agente) do evento indicado pelo verbo (destruir), delegando a responsabilidade deste evento (dessa ação) a uma **instância enunciante** não manifesta em formas pronominais nem sintáticas, mas em termos de **poder transcendente**. A essa instância ele vai chamar de “terceiro actante”. Assim, haveria uma enunciação cujo centro de referência não seria Daniel, nem a cidade (sujeito sintático), mas esse

5 Como observa Benveniste, com o desaparecimento do **h**-, “é **abere** que é daí para frente a forma portadora da flexão” (1989, p. 136).

6 A passagem bíblica, de Daniel, a que se refere Coquet é a seguinte: “E, depois das sessenta e duas semanas, será tirado o Messias e não será mais; e o **povo do príncipe**, que há de vir, **destruirá a cidade e o santuário**, e o seu fim será com uma inundação; e até ao fim haverá guerra; estão determinadas assolações” (BÍBLIA, Daniel 9:26, grifo nosso).

“**terceiro actante** implícito do **poder** transcendente reclamado por tal ato – a ruína da capital do povo hebreu”, ainda que este terceiro actante conceda “à voz de seu delegado, o profeta, o benefício de dizer a verdade” (COQUET, 2013, p. 55).

Coquet explica também os conceitos de sujeito e não-sujeito, que compõem a instância do **primeiro actante**. Esses dois actantes, somados ao **terceiro actante** (terminologia conceitual que ele iniciara já em *Le Discours et son sujet*), vão compor o quadro conceptual das instâncias enunciantes. Embora esses conceitos apareçam em vários capítulos do livro, é no capítulo V, “Instâncias de enunciação e modalidades”, que a relação sujeito, não-sujeito e terceiro actante é mais amplamente explorada em forma de análise.

Para isso, o autor se vale da fábula “O Lobo e o cordeiro”, de La Fontaine. Analisando o comportamento do lobo diante do cordeiro, Coquet (2013, p. 206) observa que se o lobo agisse “em conformidade com o que dele sabemos” (ou seja, se agisse por instinto), seria um **não-sujeito**. Segundo o autor, os critérios para identificação do não-sujeito são três:

Tal actante, privado de julgamento (primeiro critério), privado de história (segundo critério), é o agente de um número limitado de processos (terceiro critério); ele executa apenas aquilo para o que foi programado. Ele é assimilável à sua função, ao passo que o **sujeito** é “possuidor de seu ato” (COQUET, 2013, p. 206).

No desdobramento de sua análise, Coquet vai mostrar duas transformações que se operam, uma sobre o cordeiro, e outra sobre o lobo. Se, de início, o cordeiro parece uma presa fácil (ou seja, um **objeto**⁷) para o lobo, logo em seguida mos-

7 O conceito de **objeto**, em Coquet, se assemelha muito, se não de todo, ao empregado por Greimas e demais representantes da semiótica da Escola de Paris.

tra, “por seu comportamento verbal, que ao menos sabe como tentar assegurar sua sobrevivência” (COQUET, 2013, p. 208), passando, portanto, à condição de **sujeito**, “possuidor de seu ato”. O lobo, por sua vez, se de início poderia remeter à função de **não-sujeito** (no caso de ser visto como agindo sem consciência de seus atos), passa em dado momento a ser interpretado pelo cordeiro como possuidor de um **poder transcendente**, contra o qual nada poderia fazer. Agindo, então, para cumprir uma vontade transcendente, universal, o lobo assume a condição de **terceiro actante**.

Mais no final da obra, esses conceitos são novamente retomados no capítulo III da terceira parte, intitulado “O ser e a passagem ou de uma semiótica a outra” (COQUET, 2013, p. 285-316). Detendo-se em cada um deles, Coquet explora-os com maior profundidade, exemplificando sua operacionalidade em análise de trechos de *Em busca do tempo perdido* (de Proust) e de “La Ficelle”, de Maupassant, entre outros autores.

As análises de Coquet, ao longo da obra, embora sejam construídas com base em fragmentos, não deixam dúvida sobre a operacionalidade dos conceitos por ele elaborados e, por sua vez, confirmam e justificam a importância dessa inflexão fenomenológica do autor para os estudos linguísticos e semióticos.

*

Além do que foi mostrado nessas escassas páginas, o leitor de *A busca do sentido* poderá ainda desfrutar de textos com abordagens de teor mais epistemológico, em que Coquet procura justificar os fundamentos de sua semiótica subjetal. E isso ele o faz não apenas rompendo os paradigmas do que ele chama de semiótica objetal, mas também procurando nas

bases da própria linguística saussuriana elementos que possam lhe servir de argumentos. É bem esse o caso quando ele se depara diante da formulação saussuriana de que a “língua entra em ação como discurso” (SAUSSURE apud COQUET, 2013, p. 48), muito próxima da formulação de seu mestre “**o discurso é a linguagem colocada em ação**” (BENVENISTE apud COQUET, 2013, p. 48). Com isso, o autor não deixa de declarar sua filiação tanto na linguística discursiva de Benveniste quanto na linguística saussuriana.

Que A Busca do sentido seja o carro-chefe de futuras traduções para o português de outras importantes obras do escritor, como Le Discours et son sujet, vols. I e II (1984; 1985) e Phusis et Logos : une phénoménologie du Langage (2007).

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. v. II. Campinas: Pontes, 1989.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

COQUET, J.-C. **A busca do sentido: a linguagem em questão**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Phusis et Logos : une phénoménologie du langage**. Vincennes: PUV, 2007.

_____. **Le Discours et son sujet**. v. II. Paris: Klincksieck, 1985.

_____. **Le Discours et son sujet**. v. I. Paris: Méridiens/Klincksieck, 1984.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São

Paulo: Contexto, 2008.

HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**.
Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo:
Cultrix, 2012.

Resenha recebida em novembro de 2014 e aprovada em
dezembro de 2014.

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>